



SUSTENTABILIDADE NOSSA DE CADA DIA:

AÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE

Mércia Santana Rocha dos Reis ¹

Maria Rosângela Santana ²

Paulo Gabriel da Silva Santos ³

Vânia Santos de Almeida ⁴

Marcelo da Silva Passos ⁵

RESUMO

A articulação entre sustentabilidade escolar e agricultura familiar tem se configurado como um eixo estratégico para a promoção de práticas alimentares saudáveis, o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico local e a consolidação de uma educação ambiental crítica. Historicamente, a compreensão de sustentabilidade esteve equivocadamente restrita à dimensão ambiental. Essa visão reducionista orientou diversas instituições e organizações a concentrarem seus esforços em ações pontuais, tais como a preservação da flora e fauna, o reflorestamento e a proteção de espécies ameaçadas. Embora relevantes, tais iniciativas não contemplam a totalidade do conceito de desenvolvimento sustentável, cuja concepção foi consolidada a partir do Relatório Brundtland (WCED, 1987), no qual se afirma a necessidade de atender às demandas do presente sem comprometer as gerações futuras. A sustentabilidade deve ser entendida como um constructo sistêmico e multidimensional, que abrange simultaneamente as dimensões social, econômica e ambiental (SACHS, 2008). Nesse sentido, engloba preocupações relacionadas à justiça social, à equidade, à inclusão e à redução dos impactos socioambientais. Esses aspectos constituem os três pilares da sustentabilidade, cuja efetividade depende de sua interação indissociável (CAPRA, 2006). Dessa forma, para que uma instituição ou organização seja efetivamente reconhecida como alinhada ao paradigma do desenvolvimento sustentável, é imprescindível que os pilares social, econômico e ambiental coexistam de maneira integrada. Tal integração favorece não apenas a preservação dos recursos naturais, mas também a transformação estrutural da sociedade, promovendo equidade e fortalecendo processos de desenvolvimento local (LEFF, 2001). O presente estudo foi desenvolvido pelos estudantes do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – Biologia. As atividades foram realizadas no Colégio Estadual Dr. Eliel da Silva Martins, localizado no município de Sapeaçu, no Recôncavo da Bahia.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Agricultura Familiar, Sapeaçu, Recôncavo, PIBID.

¹ Graduada pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade São Marcos-TO; graduando pelo Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; merciareis@ufrb.aluno.edu.com

² Graduando pelo Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; rosangelasantana976@gmail.com

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; paulogabriel@aluno.ufrb.edu.br

⁴ Graduando pelo Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; amandaelaisalmeida@gmail.com

⁵ Professor Orientador: Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Maria Milza – Bahia; marcelo.passos@nova.educacao.ba.gov.br





INTRODUÇÃO

A sustentabilidade emerge como um princípio fundamental para a construção de um futuro equilibrado, no qual as necessidades das gerações presentes sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias demandas. Esse conceito, amplamente difundido pelo Relatório Brundtland, em 1987, ressalta a importância de práticas que integrem desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental, reconhecendo que esses pilares são interdependentes e essenciais para a harmonia do planeta (SACHS, 2008). Mais ainda, no cenário contemporâneo, a sustentabilidade se apresenta como uma resposta urgente aos desafios globais, entre eles a escassez de recursos naturais, as mudanças climáticas e as desigualdades sociais. Por isso, a adoção de práticas sustentáveis configura-se não apenas como uma responsabilidade ética, mas também enquanto uma oportunidade estratégica para inovação e competitividade, especialmente em contextos em que consumidores e investidores estão cada vez mais atentos às questões socioambientais.

É razoável afirmar que a educação assume papel central na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender e enfrentar os desafios da atualidade. Afinal, a sustentabilidade deve ser compreendida não apenas como uma pauta ambiental, mas um eixo integrador que conecta preservação ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento consciente. As escolas, enquanto espaços de aprendizagem e convivência, constituem ambientes privilegiados à promoção desse conceito, seja por meio de práticas cotidianas, seja pelo incentivo à reflexão crítica sobre o impacto das escolhas humanas no planeta.

A Educação Ambiental pode desempenhar papel fundamental nas escolas por meio da sensibilização dos alunos sobre a importância da preservação ambiental e do apoio à agricultura familiar como uma alternativa sustentável e viável (BASTOS, MIRANDA, 2025). Os mesmos autores também afirmam que o desenvolvimento local pode ser entendido como um processo de transformação originado internamente, que impulsiona tanto o crescimento econômico quanto a melhoria das condições de vida da população em pequenas áreas territoriais.

No Brasil, o debate escolar sobre a sustentabilidade é respaldado em políticas que buscam integrar diferentes dimensões do desenvolvimento. Exemplo emblemático é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que desde a Lei nº 11.947/2009 destina ao menos 30% dos recursos à merenda escolar por meio da compra de produtos oriundos da agricultura familiar. Tal medida alia o direito à alimentação saudável dos estudantes ao fortalecimento da produção agrícola sustentável, demonstrando como a escola pode ser um espaço de transformação não apenas pedagógica, mas também social e econômica.





Ao aproximar as temáticas da agricultura familiar e alimentação escolar abre-se oportunidade de se valorizar o trabalho de pequenos agricultores, que fortalecem circuitos de comercialização locais e contribuem para o desenvolvimento rural sustentável. Eles garantem a oferta de alimentos frescos e diversificados a crianças e adolescentes, fortalecendo o vínculo entre comunidade escolar e produtores rurais. Dessa forma, a integração entre sustentabilidade, educação e agricultura familiar revela-se estratégica para a promoção de um modelo de desenvolvimento que seja, simultaneamente, inclusivo, ético e ambientalmente responsável.

Com a inserção da dimensão sustentabilidade em rotinas e projetos pedagógicos, os colégios podem se tornar verdadeiros laboratórios de transformação social, nos quais estudantes e professores podem experimentar soluções inovadoras para problemas ambientais e sociais. Essa vivência contribui para consolidar uma cultura escolar pautada no equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, preparando as novas gerações para atuar de forma ética e responsável em uma realidade cada vez mais complexa.

Por tudo isso, o presente estudo visa investigar a compreensão dos discentes de ensino médio do Colégio Estadual Dr. Eliel da Silva Martins, sediado em Sapeaçu-BA, sobre o papel da escola enquanto espaço privilegiado de disseminação de práticas sustentáveis.

Ressalta-se que a temática tem total relevância frente ao forte contexto municipal e regional da agricultura familiar. Afinal, todo o Recôncavo da Bahia vivencia práticas que salvaguardam o patrimônio alimentar da sociobiodiversidade territorial; ou seja, práticas que podem resgatar o orgulho em relação à cultura e identidade alimentar do território, valorizando suas tradições locais, hábitos, saberes e costumes, além da promoção da cidadania e resgate da dignidade aos agricultores familiares (ANDRADE et al., 2023).

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter descritivo, buscando interpretar significados atribuídos pelos discentes às práticas sustentáveis; ainda que tenha oferecido alguma análise descritiva decorrente da sistematização de respostas de um questionário.

O público-alvo envolveu cerca de 55 alunos (cinquenta) regularmente matriculados no 2º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Dr. Eliel da Silva Martins. A opção por essa turma foi motivada pela conveniência com os pibidianos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Biologia/UFRB.





Inicialmente, foi promovida uma roda de conversa com os discentes, visando levantar percepções preliminares acerca da temática “sustentabilidade” e da “agricultura familiar”. Essa etapa teve caráter exploratório e buscou criar um espaço de diálogo aberto, onde os alunos pudessem expressar suas concepções, experiências e expectativas relacionadas ao tema, além de favorecer a construção de um ambiente de confiança entre pesquisadores e participantes.

Durante a roda de conversa realizada com os estudantes, refletimos sobre as diversas formas de vivenciar a sustentabilidade no cotidiano, especialmente no ambiente escolar. O diálogo permitiu compreender que ser sustentável vai muito além da prática da reciclagem — trata-se de adotar atitudes conscientes, respeitar o meio ambiente, exercer o consumo responsável e valorizar as práticas locais.

Um dos temas centrais abordados foi a agricultura familiar, reconhecida como uma importante expressão da sustentabilidade. Discutimos que esse modelo de produção está baseado no trabalho de pequenos produtores, muitas vezes localizados em áreas rurais próximas, que cultivam alimentos de maneira responsável, utilizando menos agrotóxicos e empregando técnicas que preservam o solo, a água e a biodiversidade. Além disso, a agricultura familiar fortalece a economia local e promove uma relação mais equilibrada entre o ser humano e a natureza.

A partir dessa roda de conversa, percebemos que o encontro foi muito mais do que uma simples troca de ideias: tornou-se um espaço de aprendizado, diálogo e inspiração. Cada participante pôde reconhecer seu papel como agente de transformação, levando os princípios da sustentabilidade para dentro de casa, da escola e de suas práticas cotidianas.

Em seguida, aplicou-se um questionário estruturado, elaborado a partir de referenciais teóricos sobre sustentabilidade, educação ambiental e agricultura familiar. O instrumento foi composto por 14 questões de múltipla escolha, mas em cada questão foram adotados distratores “absurdos” que claramente induziam para as respostas corretas, tornando o teste quase retórico. Essa estratégia favorece a fixação de conteúdos previamente abordados (respostas corretas) e amplia o engajamento discente (ROSTIROLA et al., 2023; RAMOS, MONTEIRO, 2024). Em certa medida, essa estratégia possibilitou direcionar os discentes para os princípios básicos da sustentabilidade, especialmente para o contexto da agricultura familiar e sua relação com a alimentação escolar, pois a maioria dos discentes são oriundos da



zona rural do município de Sapeaçu. Os dados coletados foram tabulados em planilhas eletrônicas para análise descritiva.

Por fim, ressalta-se a pesquisa respeitou princípios éticos, de modo a garantir o anonimato e a confidencialidade dos participantes, bem como foi assegurando que a participação fosse voluntária e realizada mediante consentimento informado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado junto aos estudantes do 2º ano do Colégio Estadual Dr. Eliel da Silva Martins inspirou importantes reflexões quanto à compreensão do tema sustentabilidade, incluindo o conhecimento e o engajamento em práticas sustentáveis. Era esperado que o número de respostas corretas estivesse o mais próximo possível de 100% (55 respostas corretas), considerando a estratégia adotada no questionário com indução à resposta correta (Quadro 1).

Quadro 1: Respostas apontadas pelos 55 estudantes a cada uma das 14 perguntas. As alternativas destacadas em verde são corretas, contrastando com os distratores absurdos.

	ALTERNATIVAS			
	A	B	C	D
Questão 1	5 respostas	48 respostas	2 respostas	0 respostas
Questão 2	50 respostas	4 respostas	1 resposta	0 respostas
Questão 3	50 respostas	1 resposta	2 respostas	2 respostas
Questão 4	1 resposta	52 respostas	3 respostas	1 resposta
Questão 5	2 respostas	40 respostas	1 resposta	2 respostas
Questão 6	5 respostas	50 respostas	0 resposta	0 resposta
Questão 7	2 respostas	49 respostas	4 respostas	0 resposta
Questão 8	2 respostas	10 respostas	41 respostas	2 respostas
Questão 9	5 respostas	46 respostas	4 respostas	0 resposta
Questão 10	47 respostas	3 respostas	3 respostas	2 respostas
Questão 11	46 respostas	3 respostas	3 respostas	3 respostas
Questão 12	3 respostas	7 respostas	44 respostas	1 resposta
Questão 13	3 respostas	50 respostas	0 resposta	2 respostas
Questão 14	5 respostas	45 respostas	3 respostas	2 respostas

O melhor resultado foi obtido na Questão 4 “Como a agricultura familiar pode contribuir para a promoção da sustentabilidade no campo?”. Pelo menos 52 discentes (94,5%)





apontaram a alternativa B (Investindo em práticas de cultivo sustentável e uso de recursos renováveis). As demais alternativas dessa questão eram: A) Utilizando técnicas tradicionais que não respeitam

o meio ambiente; C) Reduzindo a diversidade de culturas para facilitar a monocultura; e D) Ignorando as questões ambientais e sociais na produção agrícola.

Precisamos estar atentos aos rumos dos debates sobre sustentabilidade e educação ambiental que ocorrem nas escolas da educação básica, pois esses temas são transversais e pouco afins à visão cartesiana. Provavelmente, nem mesmo pudessem se avaliados por meio de questões de múltipla escolha, pois há muito a ser discutido nas entrelinhas de cada alternativa.

A alternativa supostamente correta “investindo em práticas de cultivo sustentável e uso de recursos renováveis” esconde um universo de debates. Como poderia a agricultura familiar, historicamente massacrada e depauperada, fazer “investimento em práticas sustentáveis?”. De que tipo de investimentos estamos falando? A própria sustentabilidade tem um custo, inclusive financeiro. Além disso, a escala de financiamento prevista pelo Governo Federal dentro do Plano Safra 2025/2026 é de R\$89 bilhões para a Agricultura Familiar, contra R\$ 516,2 bilhões ao Agronegócio.

E o que dizer sobre o “uso dos recursos renováveis”? Estamos falando da água, luz, vento, solo..., mas eles também são motivos de disputas e conflitos entre a agricultura familiar e o agronegócio? Na própria Bahia, nos municípios de Ponto Novo e seus vizinhos (Filadelfia, Pindobaçu, Saúde) se observa a instalação de barragens para fins de irrigação, que acabaram expulsando famílias de agricultores familiares. O mesmo pode ser dito sobre a instalação das usinas eólicas e solares, que sob o manto da sustentabilidade acabam por desrespeitar direitos dos agricultores familiares.

Isso aponta que a proposta política-pedagógica da educação ambiental nas escolas deve ir além da perspectiva conservacionista (provavelmente conservadora), fortemente influenciada pela Teoria dos Sistemas Vivos e pela visão holística. Também precisamos abraçar uma educação ambiental que reflita, dialeticamente, sobre a politização e publicização da problemática ambiental e sua complexidade, da indissociabilidade dos processos de produção/consumo e interesses públicos e privados (LOUREIRO, 2005).

Reconhecemos que, muito provavelmente, a pergunta e os distratores tenham sido formulados de modo equivocado.





O resultado que mais se distanciou da meta de 100% foi a Questão 8 “A horta escolar pode contribuir para a sustentabilidade porque?”, uma vez que apenas 41 estudantes (74,5%) apontaram a alternativa C (Aproxima os alunos da produção de alimentos saudáveis).

Curiosamente, pelo menos 10 estudantes apontaram a alternativa B (Estimula a prática de monocultura intensiva).

Como pode o debate sobre horta escolar tornar-se favorável à monocultura? O que transita no imaginário dos estudantes do ensino médio pertencentes às classes sociais mais vulneráveis e oriundos da zona rural de Sapeaçu? Quais foram os contextos ecológicos de desenvolvimento e as doutrinas que construíram a mentalidade desses jovens?

Ainda que o *locus* da presente pesquisa seja uma escola situada na zona urbana, seus estudantes são oriundos da zona rural. Então, precisamos falar sobre o Programa Despertar, conduzido pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) destinado à formação em educação ambiental para professores e estudantes de escolas do campo.

Na Bahia, o Programa Despertar é desenvolvido em parceria com o SENAR-AR/BA, tendo como proposta formar professores do campo para promover a educação ambiental em escolas de áreas rurais, com um trabalho voltado para a responsabilidade social, mudanças de valores com postura cidadã e socioambiental (CELESTINO, SILVA, 2024).

Esses autores realizaram análise documento e demonstraram que:

O Programa Despertar apresenta o trabalho sem trazer discussões sobre a essência ontológica do trabalho. O programa não apresentou referenciais acerca da dinâmica de reprodução das classes sociais por meio do trabalho. Nessa direção, as perspectivas situam--se no entendimento do trabalho como uma fonte para obtenção de recursos, sem possibilitar uma conscientização dos objetivos que norteiam a relação trabalho- natureza e sociedade. A abordagem é feita a partir de conjunturas superficiais, sem nenhum aprofundamento sobre a relação ser humano natureza e sobre as consequências na utilização dos recursos naturais em grande escala (CELESTINO, SILVA, 2024 p.505).

Além disso, Celestino e Silva (2024) concluíram que a natureza é tratada enquanto elemento externo ao ser humano, ou seja, não é levado em consideração a necessidade da relação com a natureza como uma forma de metabolismo social. Isso nos traz outra reflexão importante: talvez existam muitas similaridades entre o coentro, a alface, estudantes e professores em uma horta escola! Somos natureza e estamos submetidos a um metabolismo social vigente que precisa ser questionado.





A crítica aqui apresentada não pode ser endereçada ao histórico do Programa Despertar que atua em escolas rurais da região. Todavia, ele demonstra o quanto a educação ambiental precisa se apropriar de posicionamento crítico.

Os resultados tão somente evidenciam como ações pedagógicas devem ser contínuas, participativas e alinhadas ao contexto local, mas acima de tudo, críticas, sem esquecer os condicionantes históricos locais. Considerando que grande parte dos estudantes vem de áreas rurais, a escola exerce um papel fundamental como mediadora entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos. Essa aproximação fortalece a relação com a agricultura familiar e contribui para o desenvolvimento sustentável da região (SACHS, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre a educação e a agricultura familiar constitui um eixo estratégico para a promoção do desenvolvimento sustentável, ao articular dimensões sociais, econômicas e ambientais. A escola, enquanto espaço de formação crítica e cidadã, desempenha papel central na conscientização e mobilização de estudantes, famílias e agricultores quanto à necessidade de preservação dos recursos naturais e fortalecimento das práticas agrícolas locais; mas acima de tudo transformadas. A interação entre saberes científicos e tradicionais favorece o fortalecimento da identidade cultural e a consolidação de comportamentos ambientalmente responsáveis.

Com base na análise das respostas coletadas através do questionário e nas reflexões promovidas durante a roda de conversa, fica evidente que a conscientização dos jovens sobre a importância da agricultura familiar e da sustentabilidade é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais responsável e comprometida com a justiça social. Através dessa experiência de diálogo e reflexão, percebemos que é possível despertar no público jovem para uma compreensão mais profunda sobre os desafios e potencialidades do setor agrícola, as estratégias de dominação do capital e a integração da produção/consumo. Afinal, a saúde do planeta e o bem-estar das futuras gerações também implicam em justiça social.





REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para a implementação da agricultura familiar na escola. Brasília: MEC, 2019.

CARVALHO, R. M. de; SILVA, P. S. da. Agricultura familiar e sustentabilidade: uma análise na educação ambiental escolar. Revista de Educação e Meio Ambiente, v. 15, n. 2, p. 123-138, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

INSTITUTO AGRICULTURA FAMILIAR. Programas de incentivo à agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.institutoagricultafamiliar.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2025.

LIMA, G. F. de. Práticas de sustentabilidade na educação escolar voltadas à agricultura familiar. 2021. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, H. R. et al. Plantação de árvores com alunos do ensino médio como incentivo à sustentabilidade e responsabilidade social com o meio ambiente. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 1-8, 2022.

SILVA, R. P. G. Eficiência e uso dos recursos hídricos no âmbito do programa A3P no IFPI campus Corrente. Revista Eixo, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 77-87, jan./jun. 2019.

SILVA, V. P.; PONTES, J. C. Educação para a sustentabilidade em currículos da educação básica: implementação e desafios. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 5, p. 30320-30330, 2020.

SOUZA, A. B. de. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Editora Verde, 2018.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. O direito à educação básica nas declarações sobre educação para todos de Jomtien, Dakar e Incheon. Revista On Line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 668-681, maio/ago. 2018.

STORA, F. Estratégias de sustentabilidade no ensino público estadual de Guarapuava, PR 2021. 181 f.





TUGOZ, J. E.; BERTOLINI, G. R. F.; BRANDALISE, L. T. Captação e aproveitamento da água das chuvas: o caminho para uma escola sustentável. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 26-39, 2017.

SACHS, J. *A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre*. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

<https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/entenda-os-tres-pilares-da-sustentabilidade>. Acesso em: 30 set de 2025

<https://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2025

<https://share.google/hKQDwjsay9oInkbNc>. Acesso em: 30 set de 2025.

BASTOS, G.D.O.; MIRANDA, R.C.M. Os impactos da educação ambiental escolar na potencialização da agricultura familiar. Revbea, V.20, N.6, 408-427. 2025.

ANDRADE, A.S.; ZUMAETA, S.B.S.; SPINOLA, C.A.; CARDOSO, R.C.V. As casas de farinha de copioba do Recôncavo Baiano e o turismo rural na agricultura familiar: um estudo ecogastronômico e diagnóstico. Revista de Desenvolvimento Econômico, n. 54, p. 40 – 68, 2023.

LOUREIRO, C.F.B. 2005. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. Educ. Soc., vol. 26, n. 93, p. 1473-1494.

CELESTINO, M.S.; SILVA, S.N. Análise da categoria trabalho e a educação ambiental crítica nos documentos do programa despertar à luz do materialismo histórico dialético. In: CONEDU. Educação ambiental (Vol. 3), p.495-513. doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT14.029

RAMOS, R.; MONTEIRO, A.M. Uma revisão preliminar da literatura sobre geração de distratores em questões de múltipla escolha. In: Anais do WCF, Vol 11, pp 71-76, 2024.

ROSTIROLA, C.S.M; HENNING, E.; SIPLE, I.Z. Análise de distratores: uma interpretação pelo modelo de resposta nominal dos itens do Enade 2017 aplicado à Licenciatura em Matemática. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. v. 28, e023026, 2023 <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772023000100042>

